

Entrevista — CARLOS BLANCO DE MORAIS

# Jurista português aponta riscos do semipresidencialismo no Brasil

Luana Patriolino

**T**raçar um modelo ideal para governar o Brasil passa por obstáculos que vão desde a grande quantidade de partidos até a falta de apoio do Executivo para a implementação de formatos como, por exemplo, o semipresidencialismo. Essa ideia, apoiada por ex-presidentes, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e até mesmo pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), é tema de discussão nos meios político e acadêmico.

Na avaliação do professor catedrático Carlos Blanco de Moraes, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o formato, há o risco de governos de curta duração. “Se a atual fragmentação partidária persistisse no Brasil, após uma transição para o semipresidencialismo, haveria o risco de se ter um governo liderado por um primeiro-ministro a negociar semanalmente a sua sobrevivência com coalizões fluidas e bases aliadas, sendo derrubável com uma moção de censura caso as negociações falhassem”, disse ao *Correio*.

**O Brasil optou pelo modelo presidencialista na Constituição e confirmou esse formato em um plebiscito em 1993. No entanto, sempre há um equilíbrio desafiador em torno da chamada governabilidade dos mandatos executivos, especialmente federal. Ao mesmo tempo, o presidencialismo de coalizão deu continuadas mostras de esgotamento. É possível voltar a um presidencialismo com mais sustentabilidade?**

Essa opção não surpreende. Como na generalidade do continente americano, o Brasil acolheu o presidencialismo e o plebiscito de 1993 foi, a meu ver, uma decisão popular acertada em razão do momento político que se vivia e que exigia um Executivo estável guiando a transição de um regime militar para a democracia. Quanto ao chamado presidencialismo de coalizão, funcionou razoavelmente bem durante as presidências de Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva (no primeiro mandato) e de

Fotos: Divulgação



**“Desde os últimos governos do PT, descontado o interregno de Temer, o presidencialismo de coalizão descarrilou”**

**“Se a atual fragmentação partidária persistisse no Brasil, após uma transição para o semipresidencialismo, haveria o risco de se ter um governo liderado por um primeiro-ministro a negociar semanalmente a sua sobrevivência com coalizões fluidas e bases aliadas, sendo derrubável com uma moção de censura caso as negociações falhassem. Ou, então, demitido pelo presidente”**

Michel Temer, que tiveram a habilidade e a autoridade para costurar coalizões estáveis em blocos partidários formados por partidos de famílias políticas próximas ou não antagônicas. Mas, desde os últimos governos do PT, descontado o interregno de Temer, o presidencialismo de coalizão descarrilou.

## Por quais razões?

Primeiro, deve-se ao elevadíssimo número de partidos — o que dificulta maiorias parlamentares absolutas coesas (ou seja, de partidos de famílias políticas e afins) que garantam reformas de fundo e políticas coerentes. A segunda razão tem a ver com a desestruturação partidária e das próprias coalizões. Nos grandes e médios partidos, poderosos caudilhos regionais condicionam ou curto-circuitam o poder das lideranças partidárias nacionais e a disciplina das bancadas parlamentares. E terceiro, o sistema, desde a segunda parte do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, até a atualidade, despontou um atípico “presidencialismo de assembleia”: um presidente minoritário manietado e desprovido de suficiente apoio parlamentar para fazer aprovar as suas políticas (sendo grande o número de medidas provisórias não confirmadas) e emergência de uma forma translúcida de governação feita a partir do Congresso, assentando o poder real do país no bloco partidário, o chamado “Centrão”.

## Quais são os desafios para a implementação do semipresidencialismo no Brasil?

O semipresidencialismo supõe uma bicefalia entre um presidente moderador que regula as várias instituições e pode influir ou controlar o governo (mas que não governa em concreto) e um primeiro-ministro que governa, mas é duplamente responsável perante o presidente e o parlamento. Se a atual fragmentação partidária persistisse no Brasil, após uma transição para o semipresidencialismo, haveria o risco de se ter um governo liderado por um primeiro-ministro a negociar semanalmente a sua sobrevivência com coalizões fluidas e bases aliadas, sendo derrubável com uma moção de censura caso as negociações falhassem. Ou, então, demitido pelo presidente. A pressão política parlamentar deslocar-se-ia assim